

5 – TERRITÓRIOS PARTILHADOS E ESPAÇOS SEMIPÚBLICOS

5.1. – As relações com o ambiente habitacional

5.2. – Territórios de proximidade e comunidades

5.3. – Os espaços institucionais e sua gestão

5.4. – O bem-estar e o conforto

Os espaços partilhados são espaços públicos ou semipúblicos, isto é, são lugares partilhados por indivíduos entre os quais pode existir alguns laços de proximidade em razão da frequência conjunta a tais lugares. Trata-se de espaços semipúblicos tais como o habitat coletivo, o bairro, os espaços institucionais, os comércios e serviços de proximidade, os centros comerciais, assim como parques e espaços verdes de vizinhança. Nesses espaços abertos ao público, sob certa forma de controle, o indivíduo vê-se confrontado com aquilo a que Milgram chama estranhos familiares.

5.1 As relações com o ambiente habitacional

Os ambientes ditos semipúblicos são ambientes sobre os quais o controle é partilhado por grupos de indivíduos (habitantes de um bairro, usuários, etc.). Conceitos tais como “afeição”, “sentido de coletividade”, contribuem para se compreender como indivíduos ou grupos de indivíduos criam vínculos com o lugar onde vivem. Embora o conforto do espaço habitado seja essencial para a satisfação residencial, outros aspectos das condições de vida são também absolutamente importantes. A integração social com a vizinhança, a existência de serviços adequados, a presença de espaços verdes, a estética do quadro edificado, o acesso aos transportes público, contribuem para favorecer o investimento afetivo no ambiente de proximidade. Em outros termos, quanto mais forte for a congruência indivíduo-ambiente, mais a vizinhança corresponderá às aspirações do indivíduo, permitindo-lhe satisfazer as suas necessidades sociais e materiais, e mais o indivíduo estará ali emocionalmente ligado. Notamos que, em certos casos, as relações interpessoais que o indivíduo criou no lugar de residência são mais importantes para o sentimento de pertença que as características físicas do ambiente.

5.1.1 O ambiente residencial

O conceito de ambiente residencial designa, ao mesmo tempo, o lar, a habitação, a vizinhança e a comunidade (Tognoli, 1987). O estudo do ambiente residencial há de levar em conta a situação global (Lévy-Leboyer, 1977), a “unidade habitante” (J. Palmade, em Léger, 1990), constituída de um conjunto de espaços apropriáveis: a residência principal, à qual podem ser acrescentadas a residência secundária, um café ou outros lugares, e outros “pontos de atração” mais ou menos afastados do domicílio. O espaço de proximidade tem uma função particular na apropriação da cidade. Noschis (1984) põe em evidência o espaço vivido, a definição subjetiva do bairro, das suas características físicas e sociais, que permitem ao indivíduo sentir-se em sua casa.

Dois conceitos que servem de base à apropriação desta unidade habitante parecem essenciais: o investimento e o escoramento (sustentação). Por conseguinte, a análise das práticas nesse espaço deveria revelar o grau de investimento psicoafetivo na situação global do habitat que assegura a construção da identidade psicossocial, e a construção da casa própria no contexto urbano.

O ambiente familiar, no caso do bairro e da vizinhança, é considerado como um espaço de inscrição do *Eu*, caracterizado pela sua função maior da construção da identidade. Tal como a residência, a vizinhança constitui também um suporte à espacialização da identidade (Lugassy, 1970; 1989).

A extensão da “minha casa” a espaços exteriores à residência, mostra que esta é vivida como situação global de habitat. Permite, por exemplo, estudar em que medida a criança tem acesso e se apropria da vizinhança. A definição operacional dada por Bussard (1974, em Gaster, 1995) indica de modo preciso que se trata de espaços situados a distâncias diversas do domicílio, que as crianças frequentam mais ou menos regularmente, sós ou acompanhadas. Poderia parecer que os múltiplos obstáculos como a densidade do tráfego e os fatores de risco conhecidos ligados à vizinhança impediriam a ampliação do espaço investido na proximidade da habitação principal. Alguns estudos realizados nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha descobriram haver uma redução na frequência dos arredores pelas crianças (Gaster, 1995; Berg & Medrich, 1980). O estudo da evolução, entre 1915 e 1976, na cidade de New York, do espaço público que a criança pode frequentar, fez aparecer mudanças importantes referentes: (1) à idade em que a criança tem direito de sair só; (2) ao número e qualidade dos lugares visitados; (3) ao número e natureza dos obstáculos ambientais; (4) ao número e natureza das restrições parentais; e (5) ao número de pessoas qualificadas que zelam pela criança (Gaster, 1991). O autor sublinha que, a partir dos anos quarenta, se observa um declínio ao mesmo tempo dos lugares entendidos como adequados à crianças, no contexto ambiental urbano, e da sua acessibilidade nessa idade. Os autores insistem no papel destes espaços suplementares ao lar paterno, que consideram como outras tantas oportunidades de desenvolvimento da exploração ambiental. Gaster preconiza até recomendações que orientariam o arranjo do espaço urbano residencial, a fim de que ele facilitasse esse tipo de práticas. O estudo sobre o tema do ar livre (Jay-Rayon, 1985), da proximidade e da reapropriação do espaço-tempo natural, põe em evidência a relação específica que se estabelece entre os habitantes e o seu quadro seminatural ou natural como espaço de lazer. O autor identifica a distância das atividades de lazer dos indivíduos em relação às suas residências principais. Trata-se de um índice precioso para a criação, localização e salvaguarda dos espaços desse tipo na proximidade das habitações, em função da sua frequência pelas diversas populações. Tais espaços devem ser considerados como outras tantas oportunidades de desenvolvimento da exploração ambiental e da identidade do lugar.

As relações do indivíduo com a sua situação habitacional estão orientadas a um objetivo. O indivíduo interpreta, escolhe e constrói o seu contexto de residência e muda-o por meio das suas relações com o ambiente. O estado de bem-estar, de congruência entre o indivíduo e o seu ambiente, é alcançado, quando as qualidades do contexto concordam com os seus objetivos e a sua sensibilidade, graças a determinadas qualidades ambientais.

O ajustamento implica que se efetue uma concordância entre o indivíduo e o seu ambiente, processo que inclui tanto ações como processos internos propícios à ação (Gärling, 1993). Este ajustamento caracteriza-se, ao mesmo tempo, por modificações introduzidas no ambiente pelo indivíduo, e por transformações do indivíduo, a saber, transformações da sua maneira de agir, dos seus objetivos ou do seu nível de aspirações. Por outro lado, as experiências ambientais do indivíduo tendem, por um mecanismo retroativo, a melhorar, a otimizar as suas relações com o ambiente (Stokols, 1978). A transação entre os dois termos supõe que o indivíduo é implicado tanto em fases ativas quanto reativas face aos atributos ambientais e que se manifeste tanto a nível cognitivo como afetivo e comportamental.

5.1.2 O bairro

O bairro, unidade homogênea do ponto de vista da estrutura sócioespacial, delimitada por fronteiras características de ordem arquitetural, social ou administrativa, constitui a relação imediata com a cidade. É o lugar “carismático” no qual as relações sociais se caracterizam por uma certa espontaneidade e familiaridade, onde o indivíduo logra constituir para si um espaço quotidiano conhecido e seguro, sua casa. A descoberta e aprendizagem da cidade partem dali, acompanhadas por vezes de um forte investimento afetivo de ligação, de enraizamento e de sentimento de pertença.

O bairro e o lugar de habitat representam também o ponto central de muitos espaços e redes sociais frequentadas pelo indivíduo, tais como o lugar de trabalho, os espaços de lazer, a escola, a residência secundária, etc. A rede social ligada ao espaço privilegiado da residência inclui muito especialmente os membros da família e os amigos próximos. Esta rede estende-se à vizinhança e às categorias de pessoas presentes na localidade, como os prestadores de serviço (médicos, comerciantes ou outros). É esta extensão que é o sinal de uma boa integração social no lugar.

Certas qualidades ambientais dos arredores imediatos à residência parecem favorecer relações satisfatórias com o tecido urbano e a construção da própria casa. Trata-se tanto de atributos físicos do ambiente, espaços verdes apropriáveis (Sheets & Manzer, 1991), como de dimensões sociais da residência, relações sociais tidas como agradáveis, homogeneidade da população, rede de apoio social (Rivlin, 1982; Sixsmith, 1986). Além disso, é possível distinguir diferentes tipos de relações simbólicas com esse espaço de proximidade em função da relação do indivíduo com a cidade: um lugar aberto à exploração da cidade, um lugar fechado de caráter protetor, espaço/tempo de evasão temporária, substituição da cidade para as populações cativas (Palmade, 1977). Em certas condições, especialmente em alojamento de massas, “a ausência da apropriação do habitante do seu espaço domiciliar é exacerbada pelas condições ordinárias de aluguel e de sujeição a um regulamento da casa que impõem limites à identificação com o domicílio” (Barbey, 1980, p. 114). Nestes casos, certas imagens ligadas a um habitat que escapa ao frenesi do desenvolvimento urbano, ou seja, as imagens de uma casa ideal, são mantidas como suporte do enraizamento afetivo.

O processo de apropriação do espaço habitacional permite dar-lhe um sentido pessoal (Bernard & Lévy-Leboyer, 1987), e ocasiona um domínio cognitivo sobre ele. As relações do indivíduo com o ambiente de proximidade efetuam-se assim numa

perspectiva temporal ampla que engloba tanto o passado quanto o futuro, articulando as relações atuais do indivíduo com um lugar preciso (Caplan, 1983). Trata-se de um processo em que o indivíduo orienta as suas relações ambientais em função dos seus objetivos e das suas preferências por determinados atributos ambientais. A apropriação é também articulada pela competência ambiental do indivíduo. Trata-se da sua capacidade em reconhecer os efeitos das qualidades ambientais e de utilizá-las ou modificá-las em função dos seus propósitos (Steels, 1973). O conceito de plano justifica esse tipo de relação (Little, 1983). Ele é definido como o conjunto das várias alternativas das configurações de ações. O plano compreende um componente cognitivo, ao qual se junta o componente comportamental, a ação orientada a um fim, e o referente à sensibilidade a certas qualidades ambientais.

O contexto das aglomerações urbanas e dos bairros originários de zoneamentos e da especialização unifuncional do tecido urbano, tem feito surgir outras modalidades de relações à moda da cidade, “reservatório de vida quotidiana” (Benoit e outros, 1993). Nestas condições, a proximidade é absolutamente relativa, alargando-se em função do afastamento do habitat. Contudo, é possível distinguir zonas fluidas (sem ancoragem dos indivíduos nos lugares), zonas funcionais, “espaços organizados ou desorganizados pelo impacto industrial” (Frémont, 1977).

De um modo geral, a periferia das grandes cidades é um espaço rejeitado: ao se perguntar a habitantes de Île-de-France onde gostariam de morar, 63% citariam Paris, 21%, a província, e só 15%, o subúrbio (Naturel, 1992). Daí resulta que o investimento no lugar onde se vive, o apego e as práticas desenvolvidas no bairro são suscetíveis de variar em função (1) da posição social e topográfica do bairro dentro da estrutura urbana (central ou na periferia e ambiente favorecido ou desfavorecido), e (2) do nível socioeconômico e das capacidades estratégicas dos seus habitantes (renda, status do habitat, posse de uma ou mais viaturas, mobilidade). Na periferia, o bairro tem menos atrativo do que no centro, e ainda menos, quando se está comodamente; mas no centro, o atrativo do bairro não depende do status econômico dos seus habitantes. Os bairros centrais são mais frequentados e empossados, tornando-se assim lugares de encontro das populações mais diversas, comportamentos que favorecem claramente a convivência e o sentimento de pertença à comunidade urbana.

É no centro que se encontra significativamente a maioria de habitantes inseridos afetivamente no seu bairro (Marchand e cols., 2003). As famílias mais abastadas, de capacidade estratégica mais elevada, inserem-se mais que os habitantes de fracas possibilidades estratégicas. De modo geral, aqueles que vivem no centro da cidade manifestam também maior afeição que os que vivem na periferia. Os habitantes do subúrbio de Paris conhecem menos o seu bairro que os parisienses: têm menos experiências do ambiente imediato e estão menos voltados para o espaço público (Naturel, 1992). Os centros das cidades exercem indubitavelmente uma forte atração: as pessoas adotam-nos mais e afeiçoam-se muito mais facilmente a eles. Inversamente, são os que vivem na periferia desfavorecida que se envolvem e investem menos no seu bairro.

Entre as dimensões da situação habitacional (infraestrutura de base do alojamento, relações com a vizinhança, segurança dentro do espaço urbano, infraestrutura e serviços, deteriorações ambientais, conexão com o exterior, atividade urbana e barulho, variedade de espaço urbano e espaços naturais), são as duas variáveis que

predizem melhor a satisfação residencial no caso das populações de status social baixo: a ligação ao lugar da habitação e as relações com a vizinhança (Amérigo, 2000).

5.2 Territórios de proximidade e comunidades

A apropriação do lugar de morar é acompanhada por comportamentos de sociabilidade. Numerosas pesquisas puseram em evidência a relação entre a afeição à vizinhança e/ou ao bairro, e a presença de uma rede social e amigável. Quanto mais elevado for o número de amigos íntimos e de vizinhos nas imediações do lugar onde se vive, mais importante será a ligação ao lugar (Mesch & Manor, 1998). Bahi-Fleury (1997; 1998) pôs em evidência, por um lado, os laços entre o fato de sentir-se em sua casa no bairro e as relações com outros e com uma apreciação positiva da população, e, por outro lado, o fato de interagir mais frequentemente com os outros habitantes do bairro e o de ter podido estabelecer relações, indo além da simples relação de serviço com os demais.

Poderemos, desde então, falar, como fazem os anglo-saxões, de comunidade de vizinhança? As definições do termo “*comunidade*” são múltiplas: (1) pode tratar-se de uma definição puramente administrativa e geográfica; (2) o termo pode designar um lugar a que está associado um grupo de pessoas, tratando-se então de comunidades locais, cujo sentido seria o mesmo que o de “vizinhança”; e (3) ele pode ter um significado simbólico e psicológico, designando, neste caso, características tais como os interesses partilhados por um grupo de indivíduos. Nesta acepção da palavra, os indivíduos têm valores análogos, identificam-se com o grupo e se sustentem mutuamente.

A definição de “vizinhança” suscita uma série de problemas (Lee, 1968; Taylor, 1982; Hunter, 1970). Segundo Hunter, a vizinhança é uma unidade socioespacial de organização social, mais extensa que a unidade familiar e menor que a cidade. Situa-se entre a família e a sociedade institucionalizada. Esta definição está baseada em três aspetos:

- (1) A dimensão da vizinhança: trata-se de uma dimensão humana que permite aos indivíduos exercer um controle pessoal, não mediatizado.
- (2) A natureza da vizinhança: a vizinhança é definida, tanto pela sua extensão física quanto pela social; pode, portanto, ser geograficamente identificável. Tem, além disso, um significado cultural, na medida em que se trata de uma construção social. A vizinhança é definida por um estilo de vida e uma comunidade de valores e os seus membros se reconhecem e se identificam mutuamente. Para Milgram (1977), trata-se de uma área de “familiaridade confortável”.
- (3) A função da vizinhança: a vizinhança constitui a conexão, a ligação entre o indivíduo e a sociedade; é, por assim dizer, uma zona-tampão entre a cidade anônima e potencialmente hostil e o indivíduo. Alguns bairros desenvolvem, por isso, uma comunidade de vizinhança que veicula informações e provê de serviços os indivíduos. Essa organização pode ser tanto formal quanto informal. As funções da vizinhança são múltiplas: (1) ela torna possível as interações sociais (é um lugar onde se faz amigos); (2) permite a emergência de um

controle social a partir de normas partilhadas por todos; (3) é criadora de uma sensação de segurança e bem-estar; (4) é um lugar de participação formal e informal; (5) proporciona um sentimento de identidade coletiva e de ligação simbólica; e (6) é o lugar por excelência de socialização das crianças.

Daí resulta que o que era definido geograficamente, adquire um significado essencialmente social. Trata-se, então, de uma partilha de sentimentos sociais geograficamente ancorada. Se nos referimos a uma tal definição, é certamente verdade que, nas grandes cidades, numerosos indivíduos estendem a sua rede de amizades para além da comunidade de vizinhança, não entrelaçando até por vezes nenhum lugar da proximidade da residência. De fato, existem graus muito diferentes de relações de vizinhança segundo a situação ou o contexto em que vive o indivíduo. Se examinarmos o conjunto das famílias francesas, isto é, abstraindo do seu lugar de habitação, uma entre dez não tem nenhuma relação com os seus vizinhos, duas entre dez têm conversas ou fazem visitas aos seus vizinhos, perto de metade prestam pequenos serviços entre si, e um terço mantêm laços estreitos. É nos grandes conjuntos, em meio das aglomerações, que as relações de vizinhança são mais fracas (17% dos habitantes não têm qualquer relação de vizinhança), enquanto, entre os habitantes de domicílios individuais nas comunas rurais, um terço tem laços estreitos com os vizinhos. Na aglomeração parisiense, 14% dos habitantes não têm nenhuma relação com os vizinhos. Um estudo similar realizado nos Estados Unidos (Hunter, 1975, 1982) evidenciou um claro declínio, em 25 anos, do recuo das relações de vizinhança nas grandes cidades estadunidenses. Conjuntamente, os indivíduos utilizam cada vez menos os comércios da vizinhança (77% de utilização em 1949, 35%, em 1974). Neste mesmo período, a frequência das salas de cinema das proximidades caiu de 49% para 9%. Inversamente, o reconhecimento da existência de uma comunidade de vizinhança perdura e essa comunidade ainda desempenha atualmente um papel nada negligenciável no sentimento de segurança. O autor conclui que as comunidades de vizinhança continuam a exercer um papel psicológico e social importante, mesmo se as suas funções espaciais declinem. Daí resulta que os indivíduos que têm, em razão de uma mobilidade geográfica aumentada, amigos esparsos por todo o tecido urbano, se envolvam, não obstante, de uma certa maneira, a nível local e de vizinhança.

De fato, nas grandes metrópoles, parece que hoje cada indivíduo tem relações ancoradas na proximidade espacial, juntamente com relações espacialmente distantes e dispersas. Wellman e Leighton (1979), assim como Minar e Greer (1969) sustentam que haveria comunidades sem ancoragem na vizinhança ou sem ancoragem espacial. Em outros termos, as comunidades dos grandes centros urbanos não são necessariamente ancoradas em virtude da mobilidade social e residencial aumentada dos cidadãos e da separação dos lugares de trabalho e residência. Keller (1968) fala de distâncias psicológicas e espaciais que não coincidem necessariamente. Os cidadãos seriam membros de diversas comunidades não ancoradas espacialmente (rede de colegas de trabalho, de lazer, etc.), em lugar de pertencer a um só agrupamento localizado na vizinhança. Frequentariam um ou outro desses agrupamentos, em função das atividades e interesses particulares. Isso contrasta com as pequenas cidades que são coativas no que concerne às relações, em razão de uma certa exigência de conformidade implícita e de uma relativa falta de privacidade (cf. Figura 5.1).

Figura 5.1: Composição social: pequenas cidades e grandes aglomerações

aldeias / pequenas cidades	grandes aglomerações
única comunidade espacialmente ancorada	diversas comunidades sem ancoragem espacial
normas sociais partilhadas	interesses e objetivos diferenciados
fortes coações	fracas coações
conformidade; pouca privacidade	nenhuma conexão entre redes favorecem a mobilidade redes de circunstâncias

Os cidadãos escolheriam as relações comunitárias que melhor correspondem às suas necessidades. Além disso, as relações amigáveis desenvolvidas em torno dos interesses comuns são certamente pelo menos tão gratificantes como as desenvolvidas em comunidades de vizinhança. O fato de que tais relações perdurem, apesar das distâncias, é prova de que essas relações são importantes para o indivíduo. Deste modo, os cidadãos caracterizam-se tanto por afeições locais como por afeições espacialmente dispersas (Jacobs, 1991).

5.2.1 Comunidades diferentes para indivíduos diferentes

Merton (1957) distingue dois tipos de cidadãos, os locais e os “cosmopolitas”. Os locais são interessados e ativos na sua vizinhança, os “cosmopolitas” investem em relações interpessoais, expandindo-se por todo o tecido urbano. Todo o bairro deve incluir em seu seio habitantes de ambos os tipos. Na realidade, um bairro unicamente povoado por “cosmopolitas” tem pouca coesão interna e uma comunidade de vizinhança tem de contar com “cosmopolitas” para cultivar relações com o conjunto da cidade. Os “cosmopolitas” são mais frequentemente jovens, solteiros ou divorciados sem filhos, e gozam de um nível socioeconômico mais elevado. Consequentemente, buscam os entretenimentos e diversões que a cidade lhes pode oferecer. O seu comportamento leva-os a ter muitas relações pouco íntimas e pouco enraizadas e eles podem sentir-se sós.

Uma classificação mais apurada dos cidadãos, em função da natureza do seu enraizamento local (por escolha ou por necessidade), permite distinguir vários grupos de comportamentos relacionais:

- (1) *Os comunitários homogêneos*: trata-se de indivíduos envolvidos localmente sem necessidade de se envolverem noutro lugar. Para estes a comunidade de interesses coincide com a comunidade de residência. São comunidades que apresentam uma forte homogeneidade de valores e interesses, especialmente comunidades étnicas minoritárias.
- (2) *Os comunitários por coação*: trata-se de comunidades baseadas em estilos de vida, servindo-lhes as barreiras para se protegerem dos intrusos. Encontram-se aí grupos rejeitados pela sociedade, que têm dificuldades em se assimilarem ou são objeto de discriminações, tais como pobres, idosos e marginalizados.
- (3) *Os comunitários por compromisso*: são indivíduos que se contentam com uma relação funcional com o lugar de residência: casais com filhos jovens, mães do lar. São grupos de ajuda mútua que se interessam essencialmente pelas

facilidades recreativas e educacionais e se envolvem na política local. Agrupam com frequência antes proprietários que locatários; conseqüentemente, tais indivíduos são sumamente interessados pela qualidade de vida do bairro. Formam-se associações de bairro, na maioria das vezes relacionadas aos imóveis, a fim de fazer face a uma ameaça (insegurança, drogas, projetos urbanísticos, por exemplo), constituindo assim uma base para relações mais continuadas.

Esta análise desemboca numa tipologia dos habitantes de comunidades de vizinhança. Um estudo de Riger e Lavrakas (1981) sobre a natureza das ligações residenciais permite pôr em evidência duas dimensões que justificam as modalidades de ligação local: a ligação física (locatários ou proprietários, duração de residência), e a ligação psicológica (o fato de estar implicado no bairro e de se identificar com a vizinhança). Assim, é possível identificar quatro tipos de residentes:

Figura 5.2: Tipos de comunidades de vizinhança

enraizados / ligados (34%)	enraizados / não ligados (13%)
ligação física à vizinhança participantes estabelecidos com filhos proprietários (pavilhões)	os isolados adultos mais velhos enraizados nenhuma participação local
não enraizados / ligados (21%)	não enraizados / não ligados (32%)
implicação local participação nas atividades jovens suscetíveis de mudar de casa	jovens com mobilidade, “cosmopolitas” nível socioeconômico elevado moradia coletiva

Mas, em lugar de classificar os habitantes, pode-se afinal propor uma tipologia de vizinhança em função da maioria dos seus habitantes (Warren, 1978, Warren e Warren, 1975). Assim pode-se distinguir seis diferentes tipos de comunidades de vizinhança em função dos seguintes critérios: frequência das interações, sentimento de pertença, tipo de implicação no interior ou exterior da comunidade.

- (1) *As comunidades integrais*: são as comunidades que reúnem estes três critérios: os indivíduos identificam-se com a comunidade e têm numerosas interações formais e informais, tendo todas elas interesses políticos que vão além da comunidade.
- (2) *As comunidades ditas paroquiais*: estas comunidades são caracterizadas, como as comunidades integrais, por uma forte identificação e numerosas interações. Mas são comunidades essencialmente voltadas sobre si e isoladas do exterior. Sendo assim, elas são vulneráveis face às diversas ameaças do exterior.
- (3) *As comunidades difusas*: a identificação com o bairro é forte, os residentes são amigos em público, mas essencialmente centrados na sua vida privada.
- (4) *As comunidades de revezamento*: estas comunidades são caracterizadas por uma alta rotação de residentes. Os indivíduos são jovens de classes socioeconômicas elevadas que optaram por habitar perto do seu lugar de trabalho. Nenhum ou pouco envolvimento com a vizinhança.

(5) *As comunidades transitórias*: nenhuma identificação local, nem nenhuma interação no bairro; uma grande rotatividade de residentes.

(6) *As comunidades anônimas*: os residentes não se envolvem de maneira alguma e os indivíduos são isolados e anônimos.

Na medida em que nem as comunidades de vizinhança, nem os residentes que as compõem são fixos, poderão intervir progressivamente evoluções e transformações no seu funcionamento. Hunter (1978) sugere que toda a comunidade principia por um estágio “residual” com um funcionamento mínimo (as “comunidades difusas” de Warren). Este tipo de comunidade transforma-se em comunidade emergente face à existência de ameaças exteriores e não por impulso interno (exposição à delinquência, ou ameaça de projetos urbanísticos), provocando a constituição de agrupamentos de interesses. A transformação desse tipo de comunidade em “comunidade consciente” opera-se após o desaparecimento da ameaça e a tomada de consciência da concordância em certos valores e no benefício de um funcionamento coletivo. As ameaças permitem assim, com frequência, que pessoas diferentes travem conhecimento e descubram valores e interesses comuns. O desenvolvimento de laços mais intensos e simbólicos, mediante a identificação e a afeição ao bairro, realiza-se então por vezes conjuntamente com o surgir de objetivos coletivos (Proshansky, 1978; Proshansky, Kaminoff e Fabian, 1983; Shumaker, 1981).

5.2.1.1 A sociabilidade nos espaços de bairro e de vizinhança

A sociabilidade enraizada na proximidade espacial tem sido amplamente estudada pela Escola de Chicago (ecologia urbana). Sendo assim, nos anos 20, Park (1929) mostrou a importância da proximidade física na constituição de sociabilidades quotidianas. Os célebres trabalhos de Wirth (1928) sobre o gueto mostram que o espaço empossado por uma comunidade serve, de certa maneira, de trampolim para a integração de novos recém-chegados. Deste modo, após Cooley (1909), pode-se conceber a vizinhança como associada ao grupo primário.

Para Hunter (1979) as funções da vizinhança remetem particularmente à constituição de laços sociais de participação e, em especial, de laços amigáveis, ao desenvolvimento do sentimento de segurança e ao cuidado da socialização das crianças. Além disso, os sociólogos insistem largamente na intensidade do controle social ao nível da vizinhança. Paralelamente, os trabalhos sobre a proxêmica (Hall, 1971) acentuam a intersubjetividade, as afinidades e os sentimentos partilhados. Para Moles (1972), o bairro constitui o espaço onde, ao invés do que ocorre no centro da cidade, o indivíduo permanece conhecido e reconhecido. É o domínio da familiaridade.

Até aos anos 60, se pode dizer que a “sociedade do canto da rua” (Whyte, 1943), principalmente nos bairros populares, funciona como um território que simboliza uma comunidade relativamente integrada. São numerosas as monografias que descrevem o elevado grau de coesão social dos bairros operários, sejam eles centrais ou periféricos (Coing, 1966). Contudo, a partir dessa época, as profundas mudanças do espaço das cidades redefiniram a proximidade.

Nos anos 70, os sociólogos começam a falar de deslocalização das relações, perdendo a ancoragem espacial imediata o seu sentido em proveito de títulos

territoriais mais amplos. Associa-se fundamentalmente a modernidade à emancipação do sujeito relativamente ao seu perímetro de vida e à progressão das condutas exploratórias. A mobilidade sob todas as suas formas torna-se um imperativo absoluto. O vínculo social parece mudar radicalmente de escala e diluir-se no ambiente próximo para emergir num ambiente afastado.

De fato, passou-se do mito do bairro, essência da comunidade encarnada num lugar, descendente da aldeia, ao mito das mobilidades que libertam o indivíduo do peso das pertencas territoriais demasiado rígidas. O zoneamento, a monofuncionalidade dos espaços residenciais, a deslocalização do habitat (em particular, no setor social) criam zonas onde se desagregam os laços interindividuais, intergrupais, intergeracionais (Chombart de Lauwe, 1960; Ledrut, 1973). As sociabilidades de vizinhança não escapam mais que as relações urbanas mais amplas a essas transformações.

Não obstante, o reconhecimento da existência de uma comunidade de vizinhança perdura. Unger e outros (1985) mostram que a sociabilidade de vizinhança, além do desenvolvimento de interações sociais objetivas, põe também em jogo outros registros de investimento do espaço do bairro, em particular a elaboração de interações simbólicas e afetivas (sentimento de poder contar com os vizinhos, sentimento de pertencer à comunidade de vizinhança). As comunidades de vizinhança continuam a desempenhar um papel psicológico e social importante, mesmo que as suas funções espaciais declinem. Resulta daí que os indivíduos que têm amigos esparsos por todo o tecido urbano, se comportam, não obstante, de certa maneira, ao nível do bairro.

Héran (1987) põe em evidência alguns traços característicos da sociabilidade de vizinhança na França. Inegavelmente muito praticada, ela está mais desenvolvida no habitat individual que no coletivo, mais no meio rural que no meio urbano.

As relações no bairro habitacional são também tributárias do investimento local, especialmente da sensação de insegurança. Numa pesquisa tendo Paris intramuros como objeto, Bahi-Fleury (1997, 1998) põe em relação o sentimento de insegurança e as diversas manifestações de sociabilidade no bairro de habitação. O fato de se sentir seguro acompanha a criação de vínculos sociais e o sentimento de pertencer a uma comunidade urbana que se manifesta por uma apreciação claramente mais positiva da população do bairro, por uma frequência maior dos encontros e pelo estabelecimento de relações com outros que excedam a mera relação de cortesia e que sejam acompanhadas da expressão de uma identidade residencial essencialmente urbana (Moser, 2004b).

A Cidade do México é uma cidade que se pode considerar particularmente insegura (Contreras & Moser, 2007): tanto a mídia quanto a experiência pessoal de numerosos habitantes atestam um forte grau de violência que gera um sentimento de periculosidade e insegurança. Tais elementos impregnam indubitavelmente as relações sociais da cidade. A isso se juntam problemas ligados à grande concentração de população, os problemas de poluição, de transportes, etc. Há o receio de circular por algumas ruas, bairros e setores da cidade. A esse medo andam associadas conversas que consideram alguns espaços da cidade arriscados, provocando nos habitantes o comportamento de os evitar. Qual é então a incidência dessas condições de vida, particularmente do sentimento de insegurança, nas relações sociais e, mais especialmente, na convivência nos bairros? Esse “estar junto” afetivo, que é a convivência, está sendo atacado nos bairros desfavorecidos da

Cidade do México e Querétaro, fundamentalmente pelos comportamentos de anomia (delinquência, tumultos, vandalismo), pelos conflitos entre famílias e más relações de vizinhança. Os habitantes do bairro favorecido da pequena cidade de Querétaro vêem como um obstáculo fundamental à convivência as incivilidades e a má educação. Os habitantes dos bairros favorecidos de México invocam as más convivências, o álcool e a droga, bem como problemas ligados de preferência às próprias pessoas, isto é, a solidão, o isolamento e a desconfiança perante os demais (Contreras, Moser & Savina, 2007).

A percepção que os habitantes têm da Cidade do México e da cidade de Querétaro reflete fielmente a reputação de que são acusadas estas duas cidades. A representação da Cidade do México gira em torno do conceito de insegurança, de dificuldade de viver, do aumento rápido de desigualdades econômicas. A representação de Querétaro articula-se em torno do conceito de tranquilidade ligada às noções de solidariedade, de possibilidades de relações sociais e de oportunidades de trabalho, evocando, como os habitantes de México, o rápido crescimento e as desigualdades econômicas. Estamos, portanto, em face de dois ambientes urbanos fortemente contrastados, um essencialmente negativo organizado à volta da insegurança, o outro claramente mais positivo organizado à volta da tranquilidade e suas implicações ao nível do trabalho e das relações sociais. Estas percepções são corroboradas pelo fato de que as pessoas solitárias que declaram ter sido vítimas de uma experiência de insegurança, são os habitantes do bairro favorecido da Cidade do México. Além disso, a proporção de pessoas que trabalha fora do seu bairro de habitação é claramente diferente, conforme os locais. Nos bairros favorecidos de Querétaro, três quartos dos habitantes trabalham fora do bairro, enquanto que, na Cidade do México, apenas a metade dos habitantes deixa o seu bairro para ir trabalhar. Isso causa indiscutivelmente uma restrição da frequência do tecido urbano e um certo concentrar-se em si entre os habitantes do bairro favorecido da Cidade do México. Como é que estas particularidades repercutem nos comportamentos de convivência dos habitantes destas duas cidades?

Do ponto de vista das características sociais do bairro, o seu estatuto mais ou menos favorecido remete à posição diferenciada dos grupos sociais no espaço e, mais precisamente, às hierarquias socioespaciais que constituem a cidade. Esse estatuto é, por isso, suscetível de se tornar um determinante, entre outros, da sociabilidade de vizinhança. É assim que se constata uma forte diferença entre Querétaro e a Cidade do México no que concerne às condutas e suas implicações no bairro. Na Cidade do México, há pouca participação e pouca atividade no âmbito do bairro. Curiosamente, os habitantes do bairro favorecido têm, não obstante, uma vida associativa significativamente mais intensa que todos os outros. E não é que no bairro desfavorecido as relações de vizinhança sejam tão frequentes quanto em Querétaro. Em Querétaro, a participação no bairro é importante, abrange mais de um terço dos habitantes e as atividades no bairro são frequentes, sobretudo no que se refere ao bairro favorecido.

Poderia parecer que o bairro favorecido da Cidade do México se distingue por práticas e implicações mais estruturadas e organizadas, em contraste com os outros locais que se distinguiriam por uma participação e ajudas mútuas menos formais. Essas análises são corroboradas pela natureza da implicação na vida social do bairro. A ajuda mútua e o apoio dentro do bairro funcionam de um modo essencialmente neutro na Cidade

do México, seja qual for o bairro, enquanto, em Querétaro, funcionam de um modo afetivo e implicativo e isso principalmente no bairro favorecido. Em definitivo, assistimos na Cidade do México a um fenômeno bem conhecido do distanciamento e da regulação das relações. O déficit significativo das relações de vizinhança no bairro favorecido da Cidade do México alcança o que foi constatado na região parisiense (Héran, 1987).

O funcionamento relacional dos habitantes da Cidade do México parece tão ligado aos efeitos das condições de vida de uma grande metrópole, como a problemas de insegurança propriamente ditos. Com efeito, o concentrar-se em si, a relativa indiferença em relação aos outros, a neutralidade ou o evitar as relações de vizinhança, a reticência em envolver-se na vida do bairro e o formalismo e proteção das relações, são comportamentos típicos das grandes metrópoles (Moser, 1997; 2003), mais ligados ao modo de vida urbana. Daí não resta senão a insegurança e os comportamentos de anomia são onipresentes. Estes constituem o cerne da representação da Cidade do México e são sobretudo evocados pelos bairros desfavorecidos como obstáculo à convivência, embora só os habitantes do bairro favorecido da Cidade do México façam caso de uma vitimização de incidentes de segurança.

Definitivamente, a vizinhança traz essencialmente consigo a possibilidade de construir vínculos à volta de serviços. Os habitantes dos grandes aglomerados apoiam-se nos seus vizinhos para os mínimos serviços, mas também para os laços de amizade. Todavia, o recurso à vizinhança parece ser muitas vezes um substituto, quando outras relações são mais difíceis de estabelecer. Em virtude da facilidade dos laços de vizinhança, esses laços são considerados como não duráveis e os laços de interesses comuns, mais inclinados a perdurar, nem sempre são disponíveis na vizinhança imediata.

5.2.2 A organização residencial urbana

Lansing & Marans (1969) foram os primeiros a medir a qualidade de vida e a satisfação residencial. Foram utilizadas as seguintes categorias: a aparência física do edificado (estilo e condições do habitat, paisagem); as condições sociais (tipo de vizinhança social); e valor simbólico (prestígio e posição da vizinhança). Outros estudos acrescentaram a avaliação, feita pelos residentes, do grau e origens do barulho no bairro; o sentimento de segurança; e as facilidades de transporte (Carp, Zawadsky & Shokrkon, 1976). Os estudos mais recentes completaram essas categorias com a avaliação da satisfação no que diz respeito ao ambiente social, ou seja, aos residentes no bairro.

É também baseando-se na noção de comunidade de vizinhança que os espaços de proximidade são ordenados. A disposição dos espaços públicos tem essencialmente em vista a habitabilidade do ambiente de vizinhança (bairros) e a revitalização desses espaços com o intuito de aumentar a satisfação dos residentes.

A revitalização dos bairros apoia-se nas intervenções que visam a relação habitat / habitantes e serviço de limpeza por meio de uma estreita colaboração entre representantes dos habitantes, fornecedores de fundos e autoridades municipais (Brower e cols., 1983). Trata-se: (1) de incitar os pedestres ao investimento na limpeza

pública da proximidade, a fim de encorajar as interações sociais e a fiscalização das atividades; (2) de diversificar os espaços para realçar os itinerários no conjunto ambiental de proximidade; (3) de dar aos residentes oportunidades de atividade disseminadas pelo conjunto da extensão do bairro (comércios, animação do bairro, áreas de jogo, bancos, áreas de passeio); e (4) de reduzir a circulação e a velocidade das viaturas (“zonas 30”), sem, contudo, as banir do bairro. Isso implica gastar a maior parte do tempo em desenhar ou redesenhar o bairro de maneira que o edificado esteja aberto para a rua, e em introduzir espaços verdes que apresentem múltiplas oportunidades para todos os residentes (jogo, piquenique, passeio).

O conceito de espaço defensável (“defensible space”) de Newman (1972) tem sido utilizado com frequência como princípio de arranjo do ambiente de proximidade. Renovações levadas a cabo, atribuindo o máximo de espaço público ao controle dos habitantes (construção de barreiras simbólicas ou reais), diminuindo o número dos acessos, traçando itinerários adequadamente iluminados e favorecendo a apropriação individual das habitações com a utilização de sinais distintivos como diferentes cores no prédio, têm dado resultados globalmente positivos. Apreciações posteriores à renovação revelam uma diminuição dos custos de manutenção, assim como de taxas de incidentes delituosos (indo por vezes a uma diminuição de mais de 60% dos roubos e agressões). Os arranjos de “bairros de proximidade” e, para certos aspetos, as “zonas 30”¹ respondem às lógicas de territorialidade. Na medida em que favorecem um certo controle, restringindo a passagem de veículos, esses arranjos permitem à vizinhança controlar melhor o seu ambiente imediato e identificar-se com a rua, o que aumenta o sentimento de pertença e, no morador, também a sensação de segurança.

5.3 Os espaços institucionais e a sua gestão

A exigência de congruência entre indivíduos e ambiente não se restringe ao ambiente residencial: os lugares de trabalho, de estudo (escolas, universidades, centros de formação) e os ambientes institucionais (hospitais, prisões, instituições para crianças ou idosos) devem igualmente corresponder às necessidades dos seus ocupantes. Como é que estes ambientes podem ser organizados para corresponder às suas expectativas? As intervenções mais características têm a ver com o controle da densidade, por um lado, e, por outro, com a regulação dos comportamentos nos espaços abertos ao público.

Os espaços institucionais, tais como os hospitais, residências diversas, lugares de convalescença, residências para idosos, lares de trabalhadores deslocados, são o objeto de investimentos de compensação. Em espaços ocupados transitoriamente a gestão da territorialidade adquire toda a sua importância. São dois os aspetos a considerar mais particularmente: a personalização dos espaços institucionais e os arranjos dos espaços abertos ao público.

5.3.1 A personalização dos espaços institucionais

A estadia num espaço de convalescência é acompanhada do abandono transitório ou definitivo da esfera privada habitual que acarreta, a maior parte do tempo, estresse ou

¹ Isto é, com velocidade máxima permitida de 30 km/h [N.T.]

até mesmo certa confusão devida a um sentimento de perda de controle e de segurança. A reconstrução de um território primário por intermédio de marcas (fotos, objetos de adorno, lembranças, eventualmente móveis pessoais) e de possibilidades de arranjo do mobiliário (biombos no caso de quartos coletivos) são outros tantos fatores que sustentam a estima de si e reduzem o estresse dos residentes. Estes arranjos são, com frequência, mal notados pela administração para a qual as exigências e o conforto do pessoal primam acima do conforto dos pensionários. Não é senão examinando as necessidades de uns e outros e traduzindo-os em arranjos adequados que os conflitos podem ser evitados.

A disposição interior dos quartos e das partes comuns dos hospitais visa a reduzir o estresse de pessoas fragilizadas, multiplicando as possibilidades de controle de certos aspectos (televisão, intimidade, temperatura) nos quartos, por um lado, e, por outro, evitando as situações de forte densidade, as perdas de orientação, os barulhos e os odores nas partes comuns. Além disso, há lugar de favorecer, se possível, um acesso visual a elementos naturais, parques, árvores, presença de água, animais (aquário, por exemplo) e de prever espaços de convivência que não sejam ao mesmo tempo lugares de passagem.

Nas *prisões* os problemas de densidade, que se juntam ao estresse da clausura, revelam-se particularmente carregados de consequências. O número de violações do regulamento, a taxa de suicídios, o número mais elevado de agressões e de doenças, têm sido imputados, de forma recorrente, às condições de detenção e, especialmente, à densidade (McCain, Cox & Paulus, 1984). O simples aumento do espaço disponível para o detento (a densidade física) não tem nenhum efeito sobre o comportamento, enquanto a diminuição da densidade social (número de detentos por célula), aumentando a esfera de controle dos ocupantes, diminui sensivelmente os efeitos negativos da clausura.

A densidade elevada é uma característica ambiental que se faz, de modo recorrente, responsável por comportamentos de concentração em si, de falta de atenção nos demais, e até mesmo de agressão. Alguns arranjos do espaço revelam-se eficazes para diminuir o sentimento de viver num espaço demasiado pequeno, especialmente em imóveis coletivos, prisões, bibliotecas e cafeterias universitárias. Assim, quanto maior é o tamanho dos *imóveis coletivos*, menos atividade social têm os habitantes (relações de vizinhança, ajuda mútua, vida associativa). O fato é geralmente atribuído a uma perturbação na gestão da intimidade nos espaços semipúblicos. Desse modo, habitantes de moradias que dão para longos corredores, se sentem ameaçados em sua intimidade. A intervenção arquitetural em certas residências e imóveis coletivos, que consiste, por exemplo, em fracionar os corredores por meio de portas batentes, diminui a sensação de acumulação, aumenta o sentimento de controle e favorece as interações nos novos espaços assim delimitados.

5.3.2 O arranjo dos espaços abertos ao público

É sobretudo nas bibliotecas e cafeterias universitárias que têm sido aplicados os trabalhos de Hall (1966) e de Sommer (1969) sobre as distâncias interpessoais e suas consequências sobre a necessidade de espaço pessoal. É assim que a distância de conforto identificada por Hall se verifica: os novos que chegam evitam sentar-se dentro

de um raio de dois metros ao redor de uma outra pessoa, escolhem invariavelmente uma mesa não ocupada ou, se todas as mesas estão ocupadas, um assento afastado. Do mesmo modo, as disposições “dois-a-dois” são as preferidas. Enfim, se mais de dois terços da sala estiverem ocupados, há fortes probabilidades de que o indivíduo renuncie a instalar-se ou demorar ali. Este princípio verifica-se, não só nas bibliotecas e cafeterias, mas também nas salas de espera, vagões de trem, etc.

Os princípios de territorialidade encontram a sua aplicação especialmente nos restaurantes, nos ambientes de trabalho e em outros ambientes específicos tais como as creches.

Os restaurantes são frequentemente dispostos em função de princípios de funcionamento comerciais, especialmente em função de exigências de rotatividade da clientela (restauração rápida). Osmond (1957) distingue os arranjos sóciopetais e os arranjos sóciofugais. Os primeiros favorecem a comunicação, dispondo os assentos de maneira a permitir aos clientes estar face a face, por exemplo para tomar a refeição ao redor de uma mesa. Os segundos, pelo contrário, inibem as interações na medida em que a disposição leva os indivíduos a desviarem-se uns dos outros (filas de lugares assentados, lugares dispostos dois-a-dois). Estes princípios são amplamente aplicados quando se concebeu a disposição de lugares sentados nas livrarias, nos aeroportos, nas escolas, nas salas de espera e nos restaurantes. Em certos lugares os arranjos são fixos para limitar o controle individual. Toda a aplicação destes princípios há de ser precedida de um conhecimento das necessidades e exigências da população à qual se destina o arranjo. Assim, nos cafés e bares, a combinação dos arranjos sóciopetais e sóciofugais é um princípio frequentemente utilizado para permitir a certos clientes a possibilidade de se isolarem e a outros, pelo contrário, a de interagirem.

A marcação diferenciada das zonas de fumadores e de não-fumadores nos espaços abertos ao público e a presença de sinais evocadores têm um efeito regulador sobre o comportamento. De acordo com as teorias de Barker (1968), as infrações às normas que regem um espaço determinado são devidas a uma má legibilidade do espaço em questão. Desse modo, os espaços de não-fumadores claramente identificados dão lugar a menos transgressões da regra do que os espaços ambíguos.

A disposição dos ambientes de trabalho tem de ter em conta, ao mesmo tempo, objetivos da organização e suas aspirações culturais, necessidades dos empregados, exigências do trabalho e desempenhos. Para além dos estudos concernentes aos efeitos das condições físicas, tais como a iluminação ou os níveis acústicos, um grande número de intervenções têm concentrado os seus esforços na organização interna e externa dos edifícios, dos seus planos, tendo mostrado a sua incidência na cultura organizacional e na satisfação dos empregados. É, uma vez ocupado o edifício, que se revela a inadequação da estrutura e da disposição por não se ter levado em conta esses múltiplos fatores. Muitas vezes são as necessidades de espaço(s) e as particularidades individuais de uso, negligenciadas quando do projeto, que provocam insatisfações e quedas de produtividade dificilmente corrigíveis. Como todo o espaço, também é necessário ter em conta inter-relações do indivíduo com o seu ambiente físico e social. Em vez de tentar adaptar os espaços em questão, trata-se de criar ambientes moduláveis e individualmente adaptáveis às exigências particulares do indivíduo e do seu modo de trabalhar, especialmente dispondo

espaços para usos múltiplos. Esta flexibilidade de usos tem também sido evidenciada como sendo uma característica particularmente importante dos arranjos nas bases polares (Weiss, Feliot-Rippeault & Gaud, 2007).

No que respeita ao arranjo de creches, certas disposições espaciais dos locais equipados com materiais lúdicos apropriados, influenciam fortemente a aprendizagem precoce da sociabilidade das crianças, favorecendo nelas a escolha entre jogos solitários ou, pelo contrário, interação entre pares e/ou com os educadores (Legendre, 2002).

5.4 O bem-estar e o conforto

A noção de conforto, embora esteja associada, de maneira recorrente mas discreta, à qualidade de vida e bem-estar, tem sido muito pouco explorada. Trata-se, com efeito, por um lado, de uma noção complexa, por ser difícil expressar o que torna uma situação confortável ou desconfortável, e, por outro lado, porque o conforto não é um conceito unidimensional diretamente mensurável (Dumur, Bernard & Boy, 2004). O conforto está ligado aos sentimentos, à percepção, ao humor e à situação. A sua definição requer, ao mesmo tempo, uma abordagem negativa (ausência de desconforto, que se caracteriza, por exemplo, por ausência de dor, de ansiedade, etc.) e uma abordagem positiva (bem-estar, satisfação).

O conforto está mais frequentemente associado a ambientes específicos e apropriáveis, tais como a habitação ou os lugares de trabalho. Na verdade, os conceitos de conforto, de lar e de afeição ao lar parecem ser construídos historicamente de maneira conjunta (Moore, 2000). Além disso, as pesquisas têm por objeto, o mais das vezes, um aspecto particular do conforto físico (conforto luminoso ou térmico, por exemplo), sem levar em conta a sua dimensão holística. Ora, a qualidade do quadro de vida corresponde hoje a uma sensibilidade da população que percebe o ambiente de uma maneira global. O quadro de vida constitui “uma realidade residencial, urbana e arquitetural, mas vivida subjetiva e psicologicamente, especialmente no que respeita ao modo da identidade” (Sèze, 1994). Isso corresponde a uma maior sensibilidade no que se refere a aspetos ambientais, tais como os equipamentos, os serviços urbanos, os espaços verdes, a ambiência, a vizinhança e o lar. No domínio do habitat, a relação pós-moderna com o ambiente traduz-se em novas expectativas: à acessibilidade econômica de todos a uma habitação dotada de conforto mínimo, de tipo moderno, juntam-se novas sensibilidades relacionadas às qualidades ambientais, arquiteturais e espaciais do quadro de vida. Os habitantes são sensíveis, não só aos aspetos funcionais, mas também aos aspetos estéticos e humanos.. Algumas sondagens também têm mostrado que o sentimento de estar em seu próprio lar está ligado à limitação e ao controle das interações (Fischer, 1997).

Distingue-se assim o “conforto sensorial”, ligado às qualidades do ambiente que se dirigem aos sentidos: a luz, o ar, a vista, a qualidade tátil dos materiais, e o “conforto existencial”, que diz respeito às qualidades ambientais do quadro de vida, tendo repercussões no plano psíquico, particularmente na identidade e desenvolvimento pessoal (Sèze, 1994). Se o conforto responde às necessidades fundamentais, há uma diferenciação das exigências em função das necessidades específicas ligadas ao estilo de vida, à atividade profissional, à partença social e às experiências anteriores

em matéria de conforto (Pineau, 1980). Sob outro ponto de vista, as exigências e, por conseguinte, a satisfação relativa ao conforto estão sujeitas à evolução incessante das necessidades que, uma vez satisfeitas, geram novas necessidades para um grupo social determinado. Com efeito, a melhoria do quadro de vida eleva o grau de filiação subjetiva do indivíduo a uma classe social determinada, o que traz consigo em seguida a aparição de aspirações mais elevadas e a mudança do seu sistema de valores (Lévy-Leboyer, 1980). O conforto não é mais definido apenas em termos técnicos por quem o concebeu; é igualmente definido como qualidade experimentada pelo usuário. Não é suficiente que os objetos técnicos respondam às exigências funcionais; eles devem também satisfazer exigências ligadas às características psicossociológicas dos utilizadores.

Quatro grandes dimensões podem ser tiradas da noção de conforto: (1) o conforto material, ligado à satisfação das necessidades primárias e materiais; (2) o conforto estético, subjetivo, dependente das percepções individuais; (3) o conforto social que corresponde a um equilíbrio entre a necessidade de estar com os outros e a necessidade da intimidade; e (4) o conforto de conformidade que sela a pertença a um grupo social determinado (Dumur e cols., 2004).

No quadro dos ambientes de trabalho, os estudos têm-se centrado essencialmente nas propriedades ambientais mensuráveis e seus efeitos nos desempenhos. Um outro aspeto tem por objeto as dimensões psicossociais dos ambientes de trabalho entendidas como territórios (Fischer, 1997). Neste quadro, esquemas comportamentais têm sido postos em evidência por processos de apropriação e personalização: as marcações ambientais e a construção de fronteiras são disso uma das expressões. Enfim, numa perspetiva mais ergonômica, o espaço representa um recurso, um potencial para o funcionamento de uma arrumação determinada. Do mesmo modo, o conforto tem sido amplamente estudado de um ponto de vista ergonômico e físico, isto é, a partir de critérios objetivos, sem levar em conta os aspetos mais subjetivos, estéticos e emocionais, ligados às necessidades individuais ou aos aspetos contextuais e sociais. Estes parecem, contudo, essenciais. Na verdade, qualquer que seja a sua contextualização, o conforto remete à noção de lar e de espaço apropriável (Marchand e Weiss, 2004).

O conforto pode ser considerado como um indicador da relação do indivíduo com o ambiente. O controle apresenta-se como um processo central e estruturante na representação do conforto. Do seu sucesso deriva a avaliação da situação em termos de conforto ou desconforto. A teoria psicossocial da implicação desenvolvida por Flament e Rouquette (2003) esclarece as variabilidades individuais e contextuais da representação do conforto. São três as dimensões que permitem explicar o grau de implicação do indivíduo em relação a um objeto num contexto social: a identificação pessoal, a valorização do objeto e a possibilidade da ação percebida. A identificação pessoal remete à proximidade percebida do objeto; a valorização do objeto implica a importância que nele se arrisca; a possibilidade da ação percebida refere-se à noção de controle.

5.4.1 O conforto em espaços transitórios

Abric & Morin (1990) põem em evidência a incidência de variáveis individuais, sociais e situacionais nas percepções e representações sociais mobilizadas durante as viagens de trem. Eles mostram assim que o nível de satisfação está ligado ao status social dos usuários. A concordância entre a representação que eles têm das condições em que se realiza o trajeto no sentido de conforto e a representação de si fortalece a sua posição social e a imagem positiva de si próprios. Por outro lado, um trajeto profissional é representado diferentemente, segundo se trate de um deslocamento de ida simples ou regresso: a ida é sentida como mais agradável, os usuários estão mais descansados e o deslocamento está centrado no trabalho. Ao contrário, o regresso efetua-se em condições diferentes (fadiga, enervamento resultante do trabalho) que fazem os usuários mais sensíveis às dificuldades e aos problemas ocasionados pelo deslocamento. Este não está mais centrado no trabalho, mas na família, na volta ao lar. Os passageiros desejam que a volta seja a mais rápida possível e nas melhores condições. As viagens de ida e volta são marcadas por significações diferentes: mesmo que se trate objetivamente do mesmo tipo de deslocamento, eles não são comparáveis do ponto de vista das pessoas.

O espaço é um tema recorrente e transversal no discurso sobre o conforto. Ele é entendido sob o ângulo de duas acepções, física e social. A falta de espaço pode traduzir, de algum modo, um desconforto físico explicado pelo que os sujeitos denunciam como uma busca de rentabilização excessiva, multiplicando o número de lugares por vagão (Marchand e Weiss, 2004). Isso é sentido nas pernas, com as bagagens e quando da ida aos sanitários. Mas a falta de espaço está também associada à presença dos outros usuários, a um desconforto social. Sendo reduzido o espaço reservado ao passageiro, a proximidade com o outro é forçada e, acentuada, dá lugar a um sentimento de promiscuidade. Na realidade, o indivíduo tem a necessidade de regular os seus usos do espaço por meio das distâncias que têm um significado ao mesmo tempo social e cultural (Hall, 1971). A distância entre si e os outros é uma função direta do conforto psicológico experimentado numa situação (Codol, 1978). As teorias sobre o controle e o estresse (Moser, 1992a) põem em relação o conforto situacional com a possibilidade de exercer um controle sobre a situação. A noção de controle permite explicar especialmente as diferenças que intervêm em função dos usos e, mais precisamente, entre as práticas ocasionais e regulares. A possibilidade percebida da ação traduz a possibilidade de um sujeito ter um meio de agir sobre uma situação determinada. O sentimento de controle, comparado com um sentimento de poder, pode ser polarizado numa escala que vai do controle total (“isto não depende senão de mim”) à impotência (“aí nada posso”). O grau de implicação numa situação varia, portanto, em função de uma relação de poder mantida com o ambiente; os usuários do trem seriam tanto mais sensíveis ao ambiente e à possibilidade de agir sobre ele em função de seus projetos pessoais, quanto mais se sentissem implicados na situação de transporte em que se encontram. Marchand e Weiss (2004) mostraram que, no contexto do trem, se pensa que a sensação do conforto tem maior acuidade nos passageiros regulares do que nos passageiros ocasionais. Isso explicaria a sua elevada sensibilidade ambiental e a necessidade aumentada de exercer um controle – ou um poder – sobre a situação. Se o indivíduo avalia que o seu comportamento permite alcançar o objetivo perseguido, ele interpreta a situação como controlável. A contato e a densidade que caracteriza o

deslocamento por trem é suscetível de provocar estresse, especialmente em consequência da invasão das distâncias íntimas e pessoais. O espaço constitui, portanto, o objeto de necessidades que variam em função das situações. A necessidade de espaço não é a mesma em pessoas sujeitos que se deslocam frequentemente e a naqueles que o fazem ocasionalmente. De fato, o seu papel e o seu peso variam na representação (Marchand & Weiss, 2004).

Resumo

Os espaços partilhados são espaços públicos ou semi-públicos, ou seja, os espaços partilhados pelos indivíduos entre os quais certos elos de proximidade podem existir em razão da frequência conjunta desses lugares. Trata-se de espaços tais como o habitat coletivo, o bairro, os espaços institucionais, os comércios e serviços de proximidade, os centros comerciais assim como os parques e espaços verdes da vizinhança.

O ambiente residencial engloba por sua vez o habitat, a comunidade de vizinhança e as relações sociais que ali se desenrolam. Nas grandes cidades, diferentes tipos de comunidade de vizinhança coexistem não somente em função da posição social, mas igualmente em função do ciclo de vida, de possibilidade de mobilidade, etc. O ordenamento dos espaços semi-público, quer seja o bairro, as instituições, os transportes ou os espaços verdes se vincula às rendas apropriadas e controláveis em uma ótica de conforto e de segurança.

Palavras-chave

Espaços públicos

Habitat coletivo

Bairro

Vizinhança

Comunidades

Transportes

Espaços verdes

Espaços institucionais

Conforto

Segurança

Questões

1. O que é a vizinhança e em que se distingue do bairro?
2. Qual o papel das relações sociais nos espaços de proximidade?
3. Como se instauram as relações sociais na vizinhança?
4. O que se pode dizer sobre a homogeneidade e heterogeneidade das populações urbanas?
5. Pode-se distinguir tipos de vizinhança diferentes?
6. Qual é a condição para que o espaço de proximidade seja um espaço seguro?

7. Quais as relações entre vizinhança e tecido urbano?
8. Em que medida um espaço é semi-público e o que os indivíduos que lá se encontram têm em comum?
9. Como constituir uma intervenção sobre um bairro reputado como sendo difícil? Quais são os aspectos a serem levados em conta?